



METODOLOGIA PARA O MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CRB-14

METHODOLOGY FOR MAPPING AND DIAGNOSIS OF SCHOOL LIBRARIES:
EXPERIENCE REPORT OF THE CRB-14

Ana Claudia Philippi Pizzorno, Conselho Regional de Biblioteconomia 14ª Região -
anacpizz@gmail.com

Maria Lourdes Blatt Ohira, Conselho Federal de Biblioteconomia -
blattohira@gmail.com

Mônica Valério Barreto - movaba3@gmail.com

Orestes Trevisol Neto, Conselho Regional de Biblioteconomia 14ª Região -
orestes.trevisol@udesc.br

Priscila Machado Borges Sena - priscilasena.pesquisa@gmail.com

Eixo Temático 2: O Advocacy de todo dia

INTRODUÇÃO

Já se passaram mais de 10 anos da Lei 12.244/2010 que universaliza as bibliotecas escolares no Brasil, no entanto, ainda são tímidos os reflexos de sua efetivação no país. Observa-se um certo desinteresse por parte das instituições públicas e privadas na criação e manutenção de biblioteca escolares, quando não distante, muitas vezes estão relegadas a depósitos de materiais bibliográficos ou estão de portas fechadas para sua comunidade.

Com o intuito de conhecer a realidade das bibliotecas escolares na esfera estadual e municipal de Santa Catarina e também de fornecer dados concretos para o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), via acordo de Cooperação Técnica firmado em 2016, o Conselho Regional de Biblioteconomia 14ª Região cria em 2019 o Grupo de Pesquisa Bibliotecas Escolares com o objetivo de desenvolver duas pesquisas: **“Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina (2020)”** e **“Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Municipal de Santa Catarina (2021)”**.

Diante do exposto, o objetivo deste relato de experiência consiste em compartilhar uma metodologia para o mapeamento e diagnóstico de bibliotecas



escolares, estejam elas vinculadas a escolas públicas ou privadas. Entende-se que o mapeamento das bibliotecas escolares é de extrema importância para qualquer tipo de estudo ou levantamento, considerando que é preciso saber quantas existem e onde estão situadas para assim definir os recortes de amostras. Em relação ao diagnóstico, os dados resultantes do levantamento podem ser úteis para a criação/redefinição de políticas públicas. Tanto o mapeamento como o diagnóstico possibilitam uma gestão e fiscalização estratégica dos conselhos profissionais, incrementam o desenvolvimento de pesquisas com o foco na biblioteca escolar.

Em pleno século XXI e num mundo pós Pandemia de COVID-19, fica nítido que as bibliotecas escolares são um aparelho educativo fundamental na estrutura da educação brasileira, não limitando-se a espaços com livros, mas ao contrário como um ambiente de aprendizagem ativa, que integra coleções físicas e digitais, tecnologias e serviços com foco no ensino, lazer e descontração, contribuindo com a formação de cidadãos críticos, consciente, capazes de escrever, ler e compreender.

Na Biblioteconomia Brasileira evidenciam-se muitos estudos que abordam as bibliotecas escolares, mas há ausência de estudos em nível estadual e federal que retratem uma realidade das bibliotecas escolares. Nesse sentido, compartilhamos um caminho que pode ser percorrido pelos profissionais e entidades de classe, bem como o instrumento de coleta de dados (questionário) criado para fazer o diagnóstico das bibliotecas escolares. Assim, otimizamos esforços e avançamos nessa árdua missão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar o relato traz-se o rol da legislação específica e demais instrumentos normativos que determinam a existência de Biblioteca Escolar nas instituições de ensino do País, e que norteiam a estruturação e funcionamento das mesmas, inclusive com a obrigatoriedade da presença de Bibliotecário:

Lei Nº 4084 de 30 de junho de 1962, “dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício”, no Art. 6º, alínea “c”, prevê que “a administração e direção de bibliotecas” é atribuição dos Bacharéis em Biblioteconomia (BRASIL, 1962).

Lei Nº 9.674 de 25 de junho de 1998, “dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.”. (BRASIL, 1998).



Lei Nº 12.244 de 24 de maio de 2010, “dispõe sobre a universalização das Bibliotecas nas instituições de ensino do país”, e no Art. 3º determina [...] “respeitada a profissão de Bibliotecário [...]”. (BRASIL, 2010).

Resolução CFB Nº 220 de 13 de maio de 2020, “dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas escolares”, e no Art. 1º, parágrafo 2 alínea “f”, prevê: “ser administrada por Bacharéis em Biblioteconomia registrados em seu órgão de classe [...]”. (CFB, 2020).

Resolução Nº 12 do Ministério de Educação de 07 de outubro de 2020, dispõe sobre o “Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)” e em seu Art. 20 determina que “As redes de ensino participantes que tenham dois mil estudantes matriculados ou mais, disponibilizarão bibliotecários com o devido registro no Conselho de Biblioteconomia, que assumirão a responsabilidade técnica pela gestão do PNLD em seu âmbito de atuação gerindo o conhecimento, as bibliotecas e os materiais disponibilizados no âmbito desta Resolução”. (BRASIL, 2020).

Resolução CFB Nº 240 de 30 de junho de 2021, “dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais” e determina no Art. 4º, inciso I: “ser administradas por Bacharéis em Biblioteconomia registrados no Conselho Regional de Biblioteconomia de sua jurisdição”. (CFB, 2021).

Destaca-se que existem recursos públicos para criação e manutenção das atividades e expansão de Bibliotecas Escolares, o que se vislumbra através dos Programas, Projetos e Editais que aí estão.

- Lei Orçamentária Anual (LOA): recursos via dotação orçamentária dos municípios, a ser prevista até o dia 31 de agosto do ano em curso, e assim assegurar verba para o ano seguinte.
- Emendas Parlamentares: os deputados e os senadores têm direito às “emendas individuais” que são recursos a serem inseridos na LOA. Além disso, há as “emendas de bancada” que reúnem os deputados de um mesmo Estado, que podem solicitar recursos públicos para as bibliotecas.
- Programas e Projetos Governamentais: editais lançados pelo Governo Estadual e Federal nas áreas de educação e cultura, que podem contemplar as bibliotecas. Por exemplo, a recente aprovação do Fundo de Manutenção



e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), principal mecanismo de financiamento que garante um patamar mínimo de investimento nas bibliotecas das escolas municipais, seja na construção e reforma do edifício, seja na aquisição de acervos bibliográficos, mobiliários e equipamentos, bem como na contratação de bibliotecários; além de outros programas, projetos e editais disponíveis em âmbito federal e estadual.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O mapeamento das escolas consistiu no levantamento de informações acerca das bibliotecas escolares no estado. Com relação as Escolas Estaduais, foi consultado o site da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina por meio da base de dados “Portal da Educação”. Com relação as Escolas Municipais, foram consultados os sites das Associações de Municípios associados na Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e também os sites das Secretarias de Educação das Prefeituras Municipais. Para identificação das Escolas privadas/particulares foi consultado o site do Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Santa Catarina (SINEPE/SC), que disponibiliza somente as escolas associadas. Para complementar o levantamento, também foi utilizado o Catálogo de Escolas e outros sites sendo eles: o escolas.inf, QEDu e Escol.as.

O Portal da Educação¹, disponível no site Secretaria de Estado da Educação (SED) permite buscar por Escola Estadual e por município, o número de estudantes matriculados, o e-mail da escola e outros dados. É uma base de dados que não permite busca complexa e nem a exportação de dados o que torna um trabalho de “copia e cola”. No referido site é possível encontrar também os Arquivos de Unidades Escolares Municipais, Privadas e Federais que fornecem somente o endereço dessas unidades e o respectivo e-mail da escola. Considerando que é função da Referida

¹ Portal da Educação: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueportal.aspx> Acesso em 16 ago. 2022.

² FECAM: <https://www.fecam.org.br/> Acesso em 16 ago. 2022.



Secretaria a gestão das escolas públicas estaduais, acredita-se que os dados estejam atualizados no que se refere o número de alunos matriculados e e-mail da escola.

A Relação das escolas de alguns municípios são disponibilizados nos sites das Associações de Municípios associados a Federação Catarinense de Municípios (FECAM²). Assim, é preciso consultar os sites das Secretarias de Educação das Prefeituras Municipais. Alguns municípios disponibilizam somente a relação das escolas com o respectivo endereço e contato, enquanto outros municípios não descrevem as unidades escolares.

O site do Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Santa Catarina (SINEPE/SC) apresenta o recurso de realizar a pesquisa por município que lista as escolas associadas em ordem alfabética por nome de escola. Ao selecionar a escola são apresentadas as seguintes informações: telefone, e-mail, site e endereço.

O Catálogo de escolas Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)³ reúne endereço, telefone e informações gerais da oferta educacional das escolas brasileiras de educação básica em uma interface amigável para o usuário. Os dados são atualizados anualmente, de acordo com o Censo Escolar. São mais de 226 mil escolas, que reúnem um universo de mais de 50 milhões de pessoas (estudantes e profissionais da educação). O Catálogo permite consulta por região, unidade da Federação e município; etapa e modalidade de ensino ofertada; porte da escola; categoria administrativa (pública ou privada); dependência administrativa (estadual, municipal, federal ou privada) e situação de funcionamento (ativa ou paralisada). Além da consulta a partir do interesse do usuário, é possível pesquisar por uma escola específica, fornecendo código ou nome. Também é possível exportar os dados.

O site Qedu⁴ apresenta interface amigável para busca sendo mantido pela Fundação Lemann. Nesta base foi possível identificar as escolas de cada município, com o número de alunos matriculados e o Código da escola junto ao INEP.

³ Catálogo de Escolas INEP: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas> Acesso em 16 ago. 2022.

⁴ Qedu: <https://novo.qedu.org.br/> Acesso em 16 ago. 2022.



O site [Escolas.inf.br](https://www.escolas.inf.br/)⁵ disponibiliza informações sobre escolas públicas e particulares no Brasil que estão agrupadas por região do Brasil, onde é possível selecionar o estado e a cidade e em seguida selecionar na relação uma escola para buscar informações sobre a mesma. Disponibiliza informações sobre a localização das escolas, endereço, número do telefone, modalidade de ensino oferecido e informações sobre o funcionamento da escola. Descreve ainda estrutura da Escola, como quantidade de salas, laboratório de informática, Biblioteca, e outros recursos disponíveis. Complementa a descrição com os recursos disponíveis como equipamentos de informática, número de funcionários e acesso à internet dentre outras informações. As informações disponíveis sobre as escolas têm como fonte o Catálogo de escolas INEP/MEC.

O site [Escol.as](https://www.escol.as/)⁶ permite a pesquisa pelo nome da cidade e as escolas estão agrupadas de acordo com as modalidades de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e demais modalidades de ensino. Fornece o endereço, telefone, e-mail para contato e o código da Escola no INEP.

Em resumo, não é fácil coletar informações das escolas no Brasil. Ao fazer um levantamento é preciso definir uma amostra de escolas que se deseja analisar, ou seja, número mínimo de estudantes matriculados, tipo de ensino oferecido, e ainda, definir a abrangência geográfica, para depois aplicar o formulário e analisar os dados.

No caso de Santa Catarina, diante do número de municípios catarinenses (295), optou-se em excluir do Universo da Pesquisa os municípios com menos de 5.000 habitantes, assim como o município de Florianópolis, no caso das Escolas estaduais, uma vez, que os dados das 41 escolas existentes nos municípios já foram coletados, analisados e publicados. Os 105 municípios excluídos constam no levantamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC) autuado em março de 2019 e publicado no NSC Total (Diário Catarinense) em 5 de novembro de 2019. Com

⁵ Escolas.inf: <https://www.escolas.inf.br/> Acesso em 16 ago. 2022.

⁶ Escol.as: <https://www.escol.as/> Acesso em 16 ago. 2022.

⁷ NSCTotal: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/saiba-quantas-e-queis-cidades-de-sc-podem-ter-que-se-fundir-com-municipios-vizinhos> Acesso em 16 ago. 2022.



relação ao tipo de ensino optou-se para aplicar o questionário em escolas que ofertam o ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio. Portanto, foram desconsideradas escolas correspondentes a Centros de Educação Profissional (CEDUP), Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e Unidades Descentralizadas (UD)

Os dados foram agrupados/organizados por Associação dos municípios da FECAM, uma vez que cada associação agrupa geograficamente os municípios próximos, contribuindo para o conhecimento do desenvolvimento regional de cada região, planejamento das ações da Comissão de fiscalização, nas atividades do Bibliotecário fiscal, além de proporcionar uma aproximação com a Federação no que tange a futuras articulações políticas.

Com base na resolução nº 220 de 2020 do CFB o grupo de pesquisa juntamente com a pesquisadora Dra. Priscila Sena, que foi contratada pelo CRB-14 para executar a pesquisa “Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina (2020)”, elaboraram um formulário ([clique aqui](#)) composto de 31 questões para fazer o diagnóstico das Biblioteca escolares, conforme descrito no quadro 1.

Quadro 1 – Comparativo questões do formulário e resolução CFB

Seções	Abordagens das questões	Parâmetros – Resolução CFB nº 220
SEÇÃO 1- Instituição	Nome do município, da escola, existência/funcionamento da biblioteca	Dispositivo informacional obrigatório em todas as instituições escolares públicas e privadas de todos os sistemas de ensino
SEÇÃO 2 – Espaço físico, acessibilidade e horário	Período de funcionamento, espaços existentes, metragem do espaço, condições ambientais (iluminação, climatização, acessibilidade etc.).	I - área mínima de cinquenta metros quadrados, com mobiliário e equipamentos adequados para o atendimento satisfatório da comunidade escolar.
SEÇÃO 3 – Acervo	Acervo (livros, <i>e-books</i> , multimídias, Fantoques/Jogos/Fantasias), quantidade de títulos por aluno, formas da solicitação de compra e organização do acervo (catalogado, organizado por cores, registrado manualmente et.).	a) um título por aluno matriculado, no mínimo, contemplando a diversidade de gêneros e estilos literários, com autores nacionais e estrangeiros. b) catalogação adequada.



Seções	Abordagens das questões	Parâmetros – Resolução CFB nº 220
		c) acesso irrestrito a toda a comunidade escolar.
SEÇÃO 4 – Produtos e serviços	Incentivos de uso dos docentes, serviços oferecidos (empréstimos, acesso à internet, projetos culturais, orientação a pesquisa, Cursos/Oficinas de informática, hora do conto etc.), acessibilidade do acervo (braille/audiobooks)	a) consulta local ao acervo; b) empréstimo domiciliar de itens do acervo; c) atividades de incentivo à leitura; d) orientação à pesquisa escolar;
SEÇÃO 5 – Público	Público que utiliza a biblioteca, média de frequência diária, comunicação da biblioteca com a comunidade escolar	IV - Divulgação de orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.
SEÇÃO 6 – Recursos Humanos	Número de funcionários, profissional responsável pela biblioteca, nível de escolaridade e carga horária semanal	f) ser administradas por bacharéis em Biblioteconomia registrados em seu órgão de classe, auxiliados por equipes em quantidade e qualidade adequadas;

Fonte: Adaptado de Sena (2020b) e CFB (2020).

Observa-se que o questionário apresenta questões que até ultrapassam os parâmetros básicos da resolução supracitada, por exemplo, contempla questões que envolvem a disponibilização de ebooks, projetos culturais, oficinas, indicadores de frequência, canais de comunicação com a comunidade, perfil dos profissionais responsáveis. Tais informações auxiliam a compreender como se encontram as bibliotecas escolares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O instrumento foi utilizado para o desenvolvimento da pesquisa “Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina (2020)” que objetivou conhecer a situação das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina. Foram identificadas 1095 escolas estaduais de ensino Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio existentes no Estado. Destas, excluiu-se 236 escolas correspondentes a Centros de Educação Profissional (CEDUP), Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e Unidades Descentralizadas (UD). Posteriormente, no total de 859 escolas se buscou verificar aquelas que apresentavam a partir de 500



estudantes matriculados. Ao final do processo, obteve-se a amostra de 412 escolas conforme Figura 1.

Figura 1 - Distribuição das escolas estaduais do Estado de Santa Catarina por número de alunos matriculados



Fonte: (SENA, 2020a).

Verificou-se que 181 bibliotecas estão em funcionamento e não contam com a atuação de bibliotecários, sendo gerenciadas predominantemente por professores readaptados, seus acervos são compostos majoritariamente por livros de literatura e didáticos e a organização dos livros é feita manualmente (SENA, 2020a).

O questionário também foi aplicado na pesquisa “Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Municipal de Santa Catarina (2021)” que objetivou conhecer a situação das Bibliotecas da Rede de Ensino Municipal de Santa Catarina. Com o levantamento obteve-se total de 1.216 escolas. Ao final do processo, obteve-se a amostra de 416 escolas partir de 400 estudantes matriculados, no ensino Fundamental I, II e ensino médio conforme Figura 2.



Figura 2 - Distribuição das escolas municipais do Estado de Santa Catarina por número de alunos matriculados



Fonte: (OHIRA *et al.*, 2021).

Assim o formulário foi enviado para 416 escolas com mais de 400 alunos matriculados; deste universo, 101 escolas responderam à pesquisa. Verificou-se que 79 bibliotecas estão em funcionamento, sendo que 18 bibliotecários (as) atuam nelas e as demais são gerenciadas predominantemente por professores, seus acervos são compostos majoritariamente por livros de literatura, atlas, dicionários e a organização dos livros é feita majoritariamente manual (OHIRA *et al.*, 2021).

É nítida a presença de bibliotecários nas escolas de Florianópolis (14 profissionais) e como reflexo a oferta de serviços diferenciados, inferindo que a existência da Rede de Bibliotecas escolares do município difere da rede estadual.

A metodologia ora apresentada está sendo aplicada pelo Conselho de Biblioteconomia do Estado de São Paulo (CRB 8), para mapear as bibliotecas escolares do referido estado. Esperamos que outros Conselhos regionais possam aplicar em suas jurisdições e assim consolidar o Retrato das Bibliotecas Escolares do Brasil.

Após a utilização dos dados disponíveis nas plataformas educacionais e a análise dos mesmos, constatou-se o quanto os dados das escolas e o diagnóstico podem contribuir para o planejamento das atividades de Fiscalização e gestão dos Conselhos de classe. Com o mapeamento e diagnóstico, obteve-se dados sobre a localização da escola, funcionamento da escola, modalidade de ensino oferecido,



estrutura da escola e recursos que a escola oferece em especial se possui Biblioteca. Assim, serve para a tomada de decisões, como por exemplo, quais escolas serão visitadas pelos conselhos profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto apresentam-se três benefícios do mapeamento e diagnóstico das bibliotecas escolares em SC:

- Comissão de Fiscalização: Informações para o Planejamento das Ações de Fiscalização, no que tange a escolha dos municípios, escolha das escolas a serem visitadas. Exemplo: no site do Sindicato das Escolas Particulares do estado de Santa Catarina (SINEPE/SC) é possível pesquisar por município quais as Escolas estão associados ao referido Sindicato, para decisão da Comissão de Fiscalização na escolha das Escolas a serem visitadas.
- Bibliotecário Fiscal: poderá ir para a visita da escola com informações sobre a estrutura, o funcionamento e os recursos da escola, em especial a existência de Biblioteca, o que dará uma percepção positiva aos gestores da escola.
- Assessoria Jurídica, por informar se possui Biblioteca e Sala de Leitura, esta informação poderá ser utilizada no caso que a escola negar a existência de Biblioteca no decorrer do processo de Fiscalização. Considerando a admissão do Bibliotecário Fiscal no CRB/14, pretende-se levantar as escolas privadas/particulares dos municípios que abrangem o próximo PAFIS (Programa de Apoio às atividades de Fiscalização dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia), uma vez que, são elas - as escolas particulares - que não apresentam o entrave da existência do Cargo de Bibliotecário, no Plano de cargos e Salários, facilitando a contratação de Bibliotecário, o que não ocorre com as escolas públicas e estaduais que dependem dos Planos de cargos e Salários.

Espera-se que o relato contribua para que outros mapeamentos e diagnósticos possam ser desenvolvidos em outras regiões do país, considerando que existem diferentes contextos sociais, culturais e econômicos em cada estado. Se bem



utilizados, os resultados podem servir de guia para proposição de políticas públicas e fomento de pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4084 de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 7149, 2 jul. 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4084.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.674 de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário e determina outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 1988. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9674&ano=1998&ato=88eg3ZE1EeNpWT045>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a Universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 25 maio 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução Nº 12, de 07 de outubro de 2020. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 88-90, 14 out. 2020. Disponível em: https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2020/11/RESOLUCAO_N_12_DE_07_DE_OUTUBRO_DE_2020.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

CFB. Resolução CFB nº 220, de 13 de maio de 2020. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 524, 18 maio. 2020. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>. Acesso em: 22 jul. 2022.

CFB. Resolução CFB nº 240, de 30 de junho de 2021. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 195, 8



jul. 2021. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1372>.
Acesso em: 22 jul. 2022.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt *et al.* **Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Municipal de Santa Catarina**. Florianópolis: CRB-14, 2021. Disponível em: <https://www.crb14.org.br/usr/files/Relatorio-MPSC-Oficial-BT-Escolares-Municipais.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Portal da Educação Institucional**. Florianópolis: SED, 2020. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueportal.aspx>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SENA, Priscila Machado Borges. **Instrumento de coleta de dados para a situação das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina**. Florianópolis: CRB-14, 2020a. Disponível em: <https://www.crb14.org.br/usr/files/Instrumento-RetratoBibliotecasSC.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SENA, Priscila Machado Borges. **Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina**. Florianópolis: CRB-14, 2020b. Disponível em: <https://www.crb14.org.br/usr/files/Relatorio-MPSC-versao-3.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.